



CÂMARA MUNICIPAL DE DUARTINA
Estado de São Paulo

CONCURSO PÚBLICO

006. PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

PROCURADOR DA CÂMARA MUNICIPAL

- Você recebeu um caderno de questões contendo um parecer e duas questões dissertativas.
- Confira seus dados impressos no cartão de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe imediatamente ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente as questões e elabore as respostas de acordo com a fundamentação técnica que for a mais conveniente e aplicável ao caso concreto.
- Não é obrigatória a citação textual de artigos de lei ou regulamentos.
- Escreva na folha de respostas sua argumentação jurídica e a resposta adequada aos problemas apresentados.
- A duração da prova é de 4h (quatro horas).
- Só será permitida a saída definitiva da sala, com este caderno, após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas da prova, os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando o termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha definitiva de respostas, a qual será objeto de correção no sistema duplo-cego, caso você seja aprovado na 1ª etapa do concurso (fase objetiva).
- Até que você saia definitivamente do prédio, todas as proibições e orientações permanecem válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR O CADERNO.

PARECER JURÍDICO

Atuando como Procurador Jurídico da Câmara Municipal do Município Ômega, foram-lhe submetidos cinco projetos de lei distintos para análise prévia à deliberação legislativa, em regime de urgência, tendo em vista a proximidade da sessão ordinária em que ocorrerá a votação.

Segundo consta das justificativas que acompanham as proposições, o Poder Executivo Municipal tem enfrentado dificuldades na fiscalização de suas contas junto ao Tribunal de Contas do Estado, ao passo em que o Poder Legislativo local tem recebido reiteradas demandas da população relacionadas à segurança pública, à organização da atividade econômica, à proteção do meio ambiente e a necessidade de criação de novos empregos no Município.

Nesse contexto, o **Projeto de Lei nº 01/2026**, de iniciativa do Prefeito Municipal, propõe a criação do Tribunal de Contas Municipal de Duartina, sob o argumento de que a fiscalização exercida pelo órgão estadual seria excessivamente morosa e prejudicial aos interesses administrativos locais.

O **Projeto de Lei nº 02/2026**, de iniciativa do Vereador Joaquim José da Silva Xavier, estabelece tipo penal específico para o furto de fios de cobre no âmbito do Município, fixando pena mínima de 6 (seis) anos de reclusão, como forma de conter o aumento desse tipo de delito. A justificativa foi o aumento repentino de furtos no comércio local.

O **Projeto de Lei nº 03/2026**, de iniciativa do Vereador Luís Alves de Lima e Silva, disciplina o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais da cidade, estabelecendo que o comércio poderá funcionar diariamente no período compreendido entre 10h00 e 21h00. A justificativa foi de que existiriam peculiaridades no comércio local, na medida em que os habitantes do pequeno Município usualmente começam seus trabalhos após o meio da manhã, usando as primeiras horas do dia para caminhadas e outros projetos pessoais.

Por sua vez, o **Projeto de Lei nº 04/2026**, de iniciativa do Vereador Cândido Rondon, institui mecanismos de proteção ao meio ambiente local, especialmente da fauna e da flora, declarando expressamente sua compatibilidade com as normas federais e estaduais vigentes. A justificativa foi que o Município possuía uma flora peculiar e distinta das demais regiões brasileiras.

Por fim, o **Projeto de Lei nº 05/2026**, de iniciativa da Vereadora Maria Leopoldina, visava possibilitar a nomeação para cargos em comissão de cônjuges, companheiros e parentes das autoridades municipais, em especial do Sr. Prefeito Municipal e de outros servidores que exercem cargos de direção na Prefeitura Municipal. A justificativa apresentada foi de que haveria injusto tratamento com familiares de autoridades, na medida em que a atuação legislação proibia estas pessoas de exercerem outros cargos na administração em absoluta ausência de isonomia com outros municípios.

Diante desse cenário, o Presidente da Câmara Municipal solicitou a emissão de parecer jurídico conjunto, com enfoque na análise da constitucionalidade das proposições.

Na qualidade de Procurador Jurídico da Câmara Municipal, elabore parecer jurídico fundamentado, abordando, necessariamente:

(a) a possibilidade, os limites e os instrumentos do controle preventivo de constitucionalidade no âmbito do Poder Legislativo municipal;

(b) a análise individualizada da constitucionalidade de cada um dos projetos de lei.

O parecer deverá ser redigido em linguagem técnico-jurídica, em texto dissertativo contínuo, com extensão mínima de 30 (trinta) e máxima de 60 (sessenta) linhas.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

Questão 1. Duas notícias ganharam ampla repercussão nos meios de comunicação do Município Alfa na última semana, gerando intenso debate jurídico e político no âmbito local.

Durante sessão ordinária da Câmara Municipal, ao proferir voto em plenário acerca de projeto de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, o Vereador “A” manifestou-se de forma contundente contra a proposição, afirmando, entre outros pontos, que “o projeto enviado pelo Senhor Prefeito é um absurdo jurídico e a administração por ele conduzida entrará para a história da municipalidade como um verdadeiro desastre, deveríamos pegar o projeto e jogar na privada junto de toda administração!”.

No curso da sessão, houve acalorada discussão entre o Vereador “A” e o Presidente da Câmara. Após a divulgação dos fatos, parlamentares governistas sustentaram que a conduta do Vereador “A” extrapolaria os limites da liberdade de expressão parlamentar, defendendo a adoção de medidas de responsabilização por quebra de decoro.

Dias depois, o Ministério Público estadual deflagrou operação de busca e apreensão no âmbito de investigação envolvendo o Prefeito Municipal, apurando a prática de condutas que, em tese, configurariam ilícitos penais e atos de improbidade administrativa, relacionados à gestão de recursos públicos municipais.

Considerando o caso concreto e o sistema constitucional vigente, responda aos itens a seguir, no limite máximo de 15 (quinze) linhas para cada um:

a) O Vereador “A” pode ser responsabilizado pelas declarações proferidas no exercício do mandato? Delimite o alcance da imunidade material dos vereadores, inclusive quanto à sua incidência territorial e funcional.

b) Indique os órgãos jurisdicionais competentes para o processamento e julgamento do Prefeito Municipal nas esferas penal e de improbidade administrativa. Esclareça, ainda, se há foro por prerrogativa de função para atos de improbidade administrativa.

Questão 2. A particular Hermínia atravessava a Avenida dos Limoeiros, no Município Beta, quando foi atropelada por Ariovaldo, servidor público municipal, que conduzia veículo oficial no exercício de suas funções e em atividade diretamente vinculada ao interesse público.

Conforme apurado, o acidente ocorreu durante o expediente regular do servidor, não havendo, a princípio, indícios de desvio de finalidade. Em decorrência do evento, Hermínia sofreu graves lesões, incluindo fratura na bacia, permanecendo internada por 45 (quarenta e cinco) dias, além de necessitar de acompanhamento médico posterior.

Após sua recuperação, Hermínia manifesta a intenção de ajuizar ação de conhecimento de natureza condenatória, visando à reparação por danos materiais e morais, estimados no montante total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), em face do Município Beta e de Ariovaldo.

Considerando o caso concreto e o regime jurídico de responsabilidade civil do Estado, responda aos itens a seguir, no limite máximo de 15 (quinze) linhas para cada um:

a) A responsabilidade civil do Estado, na hipótese apresentada, possui natureza subjetiva ou objetiva? Indique a teoria adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro e esclareça seus pressupostos, bem como eventual excludente aplicável.

b) A eventual condenação no valor indicado está sujeita ao reexame necessário? À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é juridicamente admissível o ajuizamento da ação diretamente em face do servidor público, de forma isolada ou em litisconsórcio com o ente estatal?

